

# Ensino de História e cidadania

## *Teaching of History and citizenship*

Giuseppe Roncalli Ponce Leon Oliveira\*

---

**Guimarães, Selva (Org.)**

***Ensino de História e cidadania***

Campinas, SP: Papirus, 2016. 336p.

---

Selva Guimarães, autora de livros consagrados na área de Didática e Ensino de História (*Didática e Prática de Ensino de História – experiências, reflexões e aprendizados* [2003]; *Ensinar História no Século XXI: em busca do tempo entendido* [2012], em coautoria com Marcos Silva), vem em sua mais recente produção, como organizadora da coletânea *Ensino de História e cidadania* (2016), abordar um dos temas/problemas recorrentes em diferentes realidades educacionais do Brasil e do Mundo, a relação intrínseca entre finalidades do ensino e da aprendizagem de História na educação escolar e a formação dos cidadãos. No contexto sócio-histórico, político e cultural da contemporaneidade, nós historiadores e profissionais da educação nos confrontamos com velhos dilemas e novos desafios políticos e pedagógicos, tornando-se urgente problematizar estes aspectos: “como o ensino de História em nossas escolas pode contribuir para a educação dos cidadãos no mundo contemporâneo?”; “qual(is) história(s)?”; “qual(is) ensino(s)?”; “qual o lugar da História ensinada nesse processo?”.

*Ensino de História e cidadania* (2016) se insere nesse campo de debates com o objetivo de contribuir para a discussão sobre o lugar e a função formativa desse campo de conhecimento no cotidiano escolar, para a formação de cidadãos nas sociedades democráticas. Como a noção de cidadania é uma questão complexa, historicamente situada, concebida e vivenciada de distintas maneiras nos diferentes tempos e espaços, Selva Guimarães convidou pesquisadores e educadores de diferentes gerações, da Europa (França, Portugal e

---

\* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Paulista (Unip). São Paulo, SP, Brasil. giuseppedeoliveira@ig.com.br

Espanha) e da América Latina (Brasil, Chile, Argentina e México) para divulgar análises e experiências de pesquisa sobre algumas dimensões dessa problemática em diferentes contextos dos efeitos neoliberais na educação para a cidadania.

Organizada em três partes, a obra tem como eixos problematizadores estes aspectos: “Cidadania, educação e História em debate”, que apresenta um panorama internacional de abordagens acerca do tema; “Cidadania na formação de investigadores e professores de História”, que aponta algumas possibilidades de investigação sobre a cidadania presentes na formação e atuação dos professores de História; e “Juventude, cidadania, mídias e aprendizagens históricas”, que demonstra a maneira como as mídias têm contribuído para o ensino de História e a formação cidadã.

Na primeira parte, “Cidadania, educação e História em debate”, temos artigos de François Audigier, Marcos Silva, Selva Guimarães, Sebastian Plá, Nelson Vasquez, Alicia Graciela Funes e Osvaldo Mariotto Cerezer. Cada autor nos faz refletir sobre o cidadão que a escola se propõe construir, de qual história escolar temos necessidade. Nesse sentido, podemos tomar a crítica como expressão de conhecimento (histórico, mas não só ele) e vida, civilização, conforme proposto por Marcos Silva. Pensar criticamente não é tomar o papel docente como um exercício de sedução política para as opções analíticas do educador, mas buscar desenvolver uma argumentação explicativa e demonstrativa, instigando os alunos a fazer análises e escolhas. Tendo essa posição como princípio, o professor estará contribuindo para o desenvolvimento pleno do educando, para a formação, o exercício pleno da cidadania, a vida em sociedade e o mundo do trabalho, conforme sugere o texto da LDB 9394/96.

Nesse ponto, é importante frisar que a noção presente na LDB 9394/96 é similar aos cenários de países como Argentina, Chile, França, México e Portugal, que reformularam os projetos políticos e pedagógicos do ensino de História através da onda neoliberal; projetos que propõem pensar a cidadania como proposição de um *tipo ideal* de cidadão competitivo, que ao terminar a educação básica ou obrigatória se torne membro de uma democracia liberal; um trabalhador eficiente, capaz de enfrentar as vicissitudes e os sucessos do mercado de trabalho flexível ou terceirizado. Logo, a dimensão cultural da política se torna importante na medida em que nos obriga a redesenhar os códigos interpretativos para as transformações sociais, a fim de compreendê-los e projetar processos sociais

alternativos. Pois, com a complexidade de nossas sociedades, a multiplicação dos atores sociais outorga um lugar privilegiado à política, à concertação de diferentes forças, já que nenhum ator – nem o Estado, nem o mercado, nem a sociedade civil – tem, sozinho, capacidade para coordenar o conjunto da sociedade contemporânea. Por vivermos num momento de intensa hibridização das identidades sociais e culturais, numa realidade complexa e repleta de contradições, ensinar tornou-se tarefa igualmente multifacetada e desafiadora. Por fim, os autores apontam a discussão sobre o multiculturalismo e a interculturalidade na formação e na prática docente como fundamental para compreendermos a diversidade cultural de nossa sociedade, assim como para o trabalho dos professores entre os alunos pertencentes a diferentes grupos étnicos e culturais.

A segunda parte da obra, “Cidadania na formação de investigadores e professores de História”, traz contribuições de Maria do Céu Melo e Antonio Ernesto Gómez Rodriguez. O primeiro texto foi gerado no universo do Ensino de História em Portugal, no contexto do estudo da Partita – a partitura iniciática de estudantes-investigadores em ensino de História –, que teve como objeto os projetos de intervenção pedagógica supervisionada (Pips) desenvolvidos por estudantes do mestrado em Ensino de História e Geografia da Universidade do Minho (2009-2014). A autora limitou-se a refletir sobre a questão que subjaz a esta opção formativa: “os Pips são um espaço para expressão das ‘vozes brancas’ dos estudantes investigadores ou são partituras da consciência crítica do ‘vivido’ nas suas práticas didáticas e investigativas?”. No segundo escrito, temos uma reflexão sobre a experiência acumulada na formação inicial de professores de História para a educação secundária e *bachillerato* na Espanha, através do “Projeto de Inovação Educativa da Universidade de Málaga”, investigando os formadores de futuros docentes, revisando a finalidade conferida ao ensino da História, às concepções e às práticas desse ensino. Em função das situações de aprendizagem propostas, questionam-se as expectativas dos docentes e seus conhecimentos sobre a História e o ensino na perspectiva de uma educação para a cidadania.

A terceira parte, intitulada “Juventude, cidadania, mídias e aprendizagens históricas”, última etapa dessa obra, é composta por textos de autoria de jovens brasileiros, pesquisadores e professores do ensino superior e da educação básica, que partilham o interesse comum por novas tecnologias, juventude, ensino e aprendizagem em História, tratando-se de resultados de três projetos de

pesquisa desenvolvidos no âmbito do Gepegh/UFU, aprovados pelas agências de fomento à pesquisa do estado de Minas Gerais e do Brasil. De maneira geral, podemos dizer que os três capítulos que compõem a seção versam sobre o potencial das diferentes fontes e linguagens da cultura contemporânea – filmes, canções, quadrinhos, obras de ficção, poesias, internet, documentos e história oral, dentre outras – no processo de ensino médio em escolas públicas, tendo como problemática aspectos voltados à compreensão da maneira como o aprendizado histórico se concretiza nas salas de aula, ou seja, o modo pelo qual os jovens aprendem História. Refletem sobre os limites e as potencialidades do ciberespaço, da escola e do ensino de História para a formação de cidadãos críticos, autônomos, solidários e responsáveis. Por fim, os textos apontam que a incorporação de tecnologias digitais na escola não exige, meramente, a reinvenção da escola ou da própria História ensinada em si, tampouco a mera adoção de novas estratégias de ensino e aprendizagem.

Em tempos sombrios como temos vivenciado num país que parece inverter a lógica e o bom senso, onde fantasmas totalitaristas teimam em querer rondar os viventes do século XXI, vemos e ouvimos falar sobre coisas que, pensávamos, ficariam restritas aos romances de Aldous Huxley, George Orwell e Milan Kundera, por exemplo. Por isso, faz-se extremamente necessária a leitura desta obra e a reflexão sobre ela.

Finalizo rememorando as palavras de Marc Bloch, que nos convida a levar em consideração que o problema da utilidade da História para a vida não se confunde com o de sua legitimidade acadêmica e intelectual, mas faz que os historiadores sejam capazes de saber falar num mesmo tom aos doutos e aos escolares. Logo, conforme sugeriu Selva Guimarães, cabe à História, assim como às demais ciências sociais que compõem a base comum curricular nacional, assumir seu lugar e seu papel formativo nos processos de ensino e aprendizagem, educando as novas gerações ancoradas nos princípios e nas diretrizes da educação republicana e democrática em nosso país com igualdade, solidariedade, pluralismo e respeito. Para o exercício pleno da cidadania.

---

Resenha recebida em 10 de julho de 2016. Aprovada em 5 de agosto de 2016.